



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CNPJ 46.151.718/0001-80

ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA / MEMORIAL DESCRITIVO

Objeto:

Contratação de empresa especializada para:

1.1. Cessão de Licença de Uso de Programas de Computador em ambiente WEB, Implantação, treinamento, hospedagem e desenvolvimento, constituindo uma solução para prestação de contas do Terceiro Setor e que atenda a Lei Federal nº 12.527/2011 e Lei Federal nº 13.019/2014.

1.2. Prestação de serviços técnicos especializados para: desenvolvimento, instalação, implantação, migração de dados (se necessário), adaptação, ajustes da solução, capacitação de usuários, manutenção técnica, manutenção legal e suporte técnico;

1.3. Assessoria técnica – novas customizações ou parametrização ou desenvolvimento – e adaptação, implementação, manutenção, suporte, documentação, orientação desde a fase de planejamento, seleção, celebração do primeiro chamamento público, prestação de constas dos termos de fomento e termos de colaboração e atualização.

FUNCIONALIDADES TÉCNICAS PARA OS SISTEMAS EM AMBIENTE WEB

1.1. Possuir cadastro de nível de acesso para os usuários do sistema de acordo com o trabalho exercido, possibilitando que seja inserido novos níveis por unidade, esse nível definirá em quais telas do sistema esse usuário terá acesso.

1.2. Utilizar em todo o Sistema, o ano com quatro algarismos.

1.3. O sistema deve gravar as ações de cada usuário quando este faz uma inclusão, alteração ou exclusão diretamente no banco de dados, que serão fornecidas caso solicitadas, para apuração de infração ou violação dos termos de uso pelo usuário. Caso os relatórios gerados modifiquem os dados cadastrados ou inseridos, o sistema deverá grava-los, do contrário não.

1.4. Realizar atualização da estrutura da base de dados automaticamente, assim que disponibilizada a atualização para o cliente, quando iniciar o sistema a base deve ser atualizada automaticamente.

1.5. Permitir personalizar os relatórios com a identificação do Órgão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CNPJ 46.151.718/0001-80

- 1.6. Permitir a visualização dos relatórios em tela, bem como a gravação opcional dos mesmos em arquivos com formato PDF, para que possam ser visualizados ou impressos posteriormente.
- 1.7. Assegurar a integração de dados do sistema, garantindo que a informação seja alimentada uma única vez, independentemente do módulo que esteja sendo executado.
- 1.8. O sistema e todos os seus módulos deverão ser construídos para serem utilizados em navegador WEB. Não serão admitidos aplicativos com interface gráfica ou caracter, emulados em browser.
- 1.9. A integridade dos dados deve ser realizada pelo banco de dados, através de chaves estrangeiras garantindo a integridade dos dados, e não permitindo o usuário excluir registros que tenham dependências em outras tabelas.
- 1.10. O aplicativo deverá ser desenvolvido em multi plataforma com interface totalmente web.
- 1.11. Sistema Gerenciador de Banco de Dados deverá ser Open Source, não sendo permitido o uso de artifícios técnicos como emuladores e máquinas virtuais para simular sua execução.
- 1.12. Sistema com requisitos suficientes para produzir de forma eletrônica e padronizada a prestação de contas na forma dos demonstrativos financeiros exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, incluindo eventuais alterações desses demonstrativos.

IMPLANTACAO

1. A CONTRATADA deve importar a base de dados que será fornecido pela CONTRATANTE, se houver necessidade.
2. O prazo para implantação será de até 60 dias, após a emissão da Ordem de Serviço.
3. O sistema deve ser hospedado pela **CONTRATADA**, disponibilizando apenas o endereço web (URL) para acesso do sistema.

MANUTENÇÃO.

1. A manutenção do sistema deve ser realizada periodicamente pela CONTRATADA, ou quando requisitado pela CONTRATANTE do sistema, realizando as alterações e ajustes necessários para o bom funcionamento correto do sistema.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CNPJ 46.151.718/0001-80

TREINAMENTO

1. O treinamento inicial deverá ser oferecido aos usuários da CONTRATANTE, cadastrados para uso do Sistema, com carga horária mínima de 16 (dezesseis) horas.
2. O treinamento deve ser realizado in loco pela CONTRATADA, podendo este ser na própria unidade ou em local designado pela Prefeitura, onde devem ser treinados todos os profissionais que irão utilizar o sistema nas unidades.
3. O treinamento/capacitação de 30 (trinta) funcionários.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CNPJ 46.151.718/0001-80

REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMO DO SISTEMA

OBJETIVO:

- Atender a Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014.

O Sistema de prestação de contas eletrônico, em plataforma WEB, deve conter no mínimo os seguintes requisitos técnicos:

O exigido segundo o art. 10 e incisos I a VI do parágrafo único do art. 11 da Lei Federal nº 13.029/2014, já com as alterações da Lei Federal nº 13.204/2005:

Art. 10. *A administração pública deverá manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento.*

Art. 11.

Parágrafo único. *As informações de que tratam este artigo e o art. 10 deverão incluir, no mínimo:*

I - data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;

II - nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;

III - descrição do objeto da parceria;

IV - valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;

V - situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo.

VI - quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício.

- 1) O exigido segundo o art. 12 da Lei Federal 13.019/2014, já com as alterações da Lei Federal 13.204/2005:

Art. 12. *A administração pública deverá divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria.*

- 2) O exigido segundo o art. 26 da Lei 13.019/2014:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CNPJ 46.151.718/0001-80

Art. 26. *O edital deverá ser amplamente divulgado em página do sítio oficial da administração pública na internet, com antecedência mínima de trinta dias.*

3) O exigido segundo o art. 50 da Lei 13.019/2014:

Art. 50. *A administração pública deverá viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos referentes às parcerias celebradas nos termos desta Lei.*

4) O exigido segundo o art. 65 da Lei 13.019/2014:

Art. 65. *A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica, permitindo a visualização por qualquer interessado.*

5) O exigido segundo o § 6º do art. 69 da Lei 13.019/2014:

Art. 69.

§ 6º *As impropriedades que deram causa à rejeição da prestação de contas serão registradas em plataforma eletrônica de acesso público, devendo ser levadas em consideração por ocasião da assinatura de futuras parcerias com a administração pública, conforme definido em regulamento.*

6) O exigido segundo o art. 87 da Lei 13.019/2014:

Art. 87. *As exigências de transparência e publicidade previstas em todas as etapas que envolvam a parceria, desde a fase preparatória até o fim da prestação de contas, naquilo que for necessário, serão excepcionadas quando se tratar de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança, na forma do regulamento.*

7) Atender a publicidade e transparência segundo a Lei de Acesso a Informação: Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.

8) Manter na internet, todas as publicidades e as prestações de contas concluídas das entidades parceiras da CONTRATANTE, no prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias, conforme exigido no art. 10 da Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014;

9) Monitoramento financeiro dos planos de trabalho, por entidade;

10) Automatização dos demonstrativos financeiros no formato exigido pelo tribunal de contas do Estado de São Paulo, de forma padronizada segundo as normas desta Egrégia Corte de Contas, com acesso a usuários previamente cadastrados.

11) Fornecer manual do software ao usuário.